



NOTAS ECONÓMICAS **10**

A MOEDA ÚNICA NA REINVENÇÃO DA EUROPA

REVISTA DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

O impacto do Euro sobre a Banca: ênfase sobre o caso português

Luís Manuel de Aguiar Dias Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Coimbra
Universidade da Figueira da Foz



A constituição da União Económica e Monetária e a conseqüente adopção de uma moeda única na Europa, conduzirá a elevados custos globais a suportar pela banca. Os bancos, pela natureza da sua actividade, serão as entidades mais afectadas e mais envolvidas neste processo de mudança. Certamente, que esses custos serão diferenciados, pela existência de bancos com características bem distintas, mas haverá também impactos semelhantes em muitos casos.

Com a consciência dos perigos que a generalização comporta, iremos evidenciar alguns dos aspectos mais relevantes suscitadores de provocarem alterações significativas na estrutura da actividade bancária e resultantes do especial protagonismo que a banca terá com a introdução do euro¹ e, por via destas duas premissas, os custos a suportar por este sector.

Desde logo, importa referir que uma parte muito significativa dos custos a suportar pelos bancos, focalizam-se numa perspectiva de curto prazo, enquadrados num horizonte temporal perfeitamente definido. Referimo-nos concretamente aos custos de transição (e também aos precedentes custos de preparação para essa transição). Aliás, é aos bancos que incumbe explicar aos seus clientes a profundidade desta alteração monetária, o que implica o dispêndio de recursos na preparação dos seus funcionários e desenvolvimento de acções de divulgação do euro.

Entre 1 de Janeiro de 1999 e 2002, o euro estará no mercado com as moedas nacionais. Esta coexistência proporcionará aos clientes dos bancos a opção de efectuarem operações e de utilizarem contas em euros e em moedas nacionais. Tal, obrigará a uma dupla escrituração contabilística. Por outro lado, os custos de adaptação informática a esta realidade serão particularmente sensíveis, atendendo às novas necessidades adicionais em termos de *software* e em termos de capacidades de memória. Ter-se-á que reformular os sistemas de pagamentos, de modo a permitirem que as aplicações informáticas possam proceder a conversões automáticas de moeda nacional/euros e de euros/moeda nacional nas operações individuais, e de modo a permitirem a ligação ao sistema Target para as grandes operações nacionais — indispensável para a gestão da política monetária.

Estas conversões automáticas conduzem ao suporte de custos operativos de conversão entre euros e as moedas nacionais, sem a compensação dos *spreads* resultantes das cotações de compra e venda. Estes custos permanecerão durante toda a fase de transição e no final desta com a substituição definitiva de notas e moedas.

Assim, as áreas de negócio relacionadas com ganhos cambiais nas divisas europeias aderentes ao euro e das comissões a elas associadas desaparecerão (aspecto com algum significado para os bancos portugueses, atendendo à forte dependência do nosso comércio externo com a maioria dos países que integram o euro).

As receitas do *float* e do movimento, geradas pela actividade de banco correspondente, desaparecerão igualmente (no caso português pela efectiva eliminação do escudo).

Refira-se ainda os custos decorrentes da necessidade de proceder à alteração das peças contratuais existentes, nomeadamente no que se refere a indexantes (não obstante a aprovação do princípio da continuidade dos contratos) e os custos de reformulação de impressos e de documentos diversos e dos cheques.

Torna-se necessário efectuar investimentos em marketing, para a criação, divulgação e comercialização de toda uma panóplia de novos produtos denominados em euros.

¹ Inicialmente apenas sob a forma de moeda escritural.



Entre a fixação irrevogável das taxas de câmbio das diferentes moedas e a adopção da moeda única há um período de três anos em que existe uma grande incerteza quanto ao comportamento dos mercados, que poderão direccionar estratégias depreciativas contra certos activos, denominados em moedas consideradas mais frágeis. Por outro lado, após a divulgação dos países fundadores do euro e a indicação da paridade de conversão das respectivas moedas nacionais, em Maio, e até ao final deste ano, poder-se-á assistir a pressões especulativas contra algumas moedas, testando a determinação das respectivas autoridades na defesa desses valores. A acontecer, poderemos assistir ao suporte de custos macroeconómicos e microeconómicos significativos.

Em particular, os bancos portugueses terão de enfrentar problemas e custos específicos, dos quais destacamos os seguintes:

— Acentuar-se-á o efeito negativo sobre a margem financeira decorrente da quebra das taxas de juro, designadamente com o decréscimo de rentabilidade proporcionado pela gestão de recursos gratuitos, como é o caso dos depósitos à ordem — cujos efeitos de maior impacto já se revelaram.

— Terminando o seu papel de *market-makers* nos mercados do escudo, nomeadamente no mercado cambial e sobretudo nos mercados monetários, os grandes bancos nacionais assistirão a uma redução substancial das receitas de *trading*. Estas oportunidades de receita diminuirão devido à existência de condições monetárias uniformes em todo o espaço do euro. Trata-se de um negócio com grande peso na estrutura de proveitos da banca portuguesa e afectará particularmente a banca de investimento. Pela dimensão dos nossos bancos, será natural que o Banco Central Europeu (BCE) não venha a utilizar com frequência os bancos nacionais para as intervenções nos mercados, com os custos adjacentes de perda de informação. Os grandes bancos nacionais poderão passar a ser *price-takers*.

— Poderá assistir-se a um forte incremento do desvio de negócio em determinados segmentos, designadamente no que concerne às Grandes Empresas² e no domínio do Private Banking, aliás situação que já se sente hoje em dia.

— Redução das taxas de juro e do *stock* da dívida pública, que em Portugal tem constituído um activo bancário muito importante e extremamente relevante para a conta de exploração dos bancos. Haverá um incremento significativo da concorrência na captação e na colocação dos recursos do Estado.

II.

Com este rol tão significativo de efeitos negativos sobre a banca e em particular sobre a banca portuguesa, enquanto banca periférica, será de estranhar que, em termos genéricos, a banca tenha um sentimento muito positivo com a implementação da moeda única e da união económica e monetária europeia.

Convém, contudo, referir previamente alguns aspectos que me parecem particularmente pertinentes, presentes na estrutura bancária portuguesa que poderão atenuar os custos acima referidos e potenciar ou alargar as perspectivas positivas da adesão ao euro.

Ponto 1. A banca portuguesa tem sido um sector que tem apoiado, adoptado e incentivado os contínuos processos de mudança, inovação e evolução. No passado, o sector bancário português foi um sector muito protegido e muito regulamentado: muitos se lembrarão que para a constituição de novos bancos ou para a abertura de balcões, que para o lançamento de novos produtos e serviços, que para efectuar operações de estrangeiro, que para alterar taxas de juro ou preçários, e os exemplos multiplicar-se-iam, era necessário obter autorização prévia da supervisão do Banco de Portugal e a sua execução era sujeita a regulamentação e tramitação

2 Assistir-se-á a uma crescente centralização da gestão das grandes empresas multinacionais.



muito estrita e apertada. Em alguns destes casos essa autorização nem sequer era possível, como seja a abertura de bancos de capitais privados antes de 1985 e a alteração de taxas de juro, no período em que estas eram exclusivamente fixadas de forma administrativa e de respeito obrigatório. A abertura do sector já foi um processo apoiado pela banca, com consequências óbvias ao nível do aumento da concorrência e com efeitos ao nível da desregulamentação. Este processo de liberalização, cuja etapa precedente foi concluída em 1992³, não obstante as transformações operadas terem sido tão profundas, revelou-se um grande sucesso. Esta confiança que a banca inspira é fundamental num sector que trabalha com cerca de 90% de capitais alheios no seu activo.

Vejamos, então, os pontos-chave do êxito desta mudança:

— Desde logo, a já referida atitude e postura positiva da banca em relação à mudança e à inovação.

— Houve uma visão estratégica dessa mudança: foi estabelecido um programa bem definido, materializado na estreita colaboração das autoridades monetárias portuguesas, de modo a que fossem criados os instrumentos financeiros, legislativos e de mercado que permitissem um processo de liberalização gradual, consonante com o «guião» de regras instituídas pela Comunidade. O aumento das exigências, nomeadamente a nível de rácios, por parte do Banco de Portugal, foi acompanhado por este, com a criação de instrumentos de mercado e de criação dos próprios mercados, que facilitassem a obtenção dos objectivos traçados.

— Por outro lado, o aumento da concorrência funcionou como um estímulo a essas transformações.

— Deu-se uma particular atenção à qualidade do factor humano: a captação de bons licenciados junto das Universidades e a realização de um permanente esforço de formação.

— Fez-se uma aposta séria e convicta em meios tecnológicos, designadamente em informática e em comunicação.

— Ao nível dos canais de distribuição temos assistido a uma forte diversificação dos mesmos, com inovações em simultâneo ao nível dos produtos e serviços prestados e de um novo posicionamento de mercado.

— A utilização crescente de bases de dados mais evoluídas e precisas têm permitido às instituições apurar de uma forma mais rigorosa onde e quando retiram rentabilidade das posições tomadas ou a tomar.

— Foi efectuada uma profunda reestruturação financeira, permitindo aos bancos a obtenção de uma situação mais saudável⁴.

Ponto 2. Outro aspecto muito relevante prendeu-se com a estreita cooperação entre as várias instituições bancárias. A resposta da banca aos constantes desafios colocados teria sido bem mais complicada se não tivesse existido essa entajada e esses bons entendimentos. A título de exemplo podemos referir a criação da APB, do IFB e da SIBS. Esta é uma das organizações mundiais mais eficientes ao nível dos pagamentos electrónicos. Refira-se que os meios electrónicos disponíveis na banca portuguesa estão bastante evoluídos, o que constitui um dos

3 — Abertura do sector à iniciativa privada em 1985.

— Em 1988, iniciou-se o processo de reprivatização da banca nacionalizada.

— No início da década de noventa, terminou a política de enquadramento de crédito, que restringia muito o desenvolvimento da actividade.

— Em 1992, concretizou-se a adesão do escudo à banda larga do mecanismo de taxas de câmbio do SME e à total liberalização dos movimentos de capitais.

4 A meio da década de oitenta, os capitais próprios não cobriam o crédito vencido. Havia uma insuficiente cobertura de crédito vencido por provisões. Praticamente todas as instituições tinham uma situação muito curta perante os respectivos Fundos de Pensões.



grandes trunfos da banca portuguesa para a adaptação ao euro. Por se ter chegado a eles mais tarde e pela concertação estratégica entre os bancos, não temos os problemas de incompatibilidades existentes em muitos países. Por outro lado, a ligação ao sistema de grandes transacções, a cargo do Banco de Portugal, não acarretará um investimento significativo aos bancos comerciais, se já tiverem um eficiente sistema de pagamentos de grandes transacções, o que reduzirá o seu risco sistémico. Diga-se que, embora parte dos investimentos esteja relacionada exclusivamente com o euro, haveria sempre que levar a cabo determinados investimentos de reconversão informática decorrentes da aproximação do ano 2000 e sobretudo pelo aumento dos negócios devido à maior interdependência e integração das economias.

Vistas estas especificidades positivas da cultura bancária portuguesa, importa debruçarmo-nos sobre outros aspectos, designadamente decorrentes da unicidade do mercado, que se revelarão favoráveis e que se poderão detectar no curto prazo, mas que se irão reflectir sobretudo no médio e longo prazo.

Vamos igualmente analisá-los à luz do impacto sobre a banca portuguesa, mas que será extensível, em muitos aspectos, à generalidade da banca europeia.

O alargamento da oferta de títulos mobilizáveis junto do BCE irá proporcionar uma melhoria significativa no acesso dos bancos portugueses a meios líquidos e proporcionará uma gestão de tesouraria mais eficaz.

A criação de um mercado único europeu tanto no domínio monetário como cambial faz aumentar a profundidade do mesmo, esperando-se assim um acréscimo substancial de actividade, pela maior acessibilidade a novos mercados. Por outro lado, é de esperar um decréscimo dos riscos de actividade no exterior, óbvio no espaço da moeda única mas também fora desse espaço, visto que a cobertura de riscos em euros será mais fácil. Concentrando-se a actividade numa única Sala Europeia será natural ter expectativas de redução dos custos de funcionamento e de transacção.

Sendo convicção de muitos que a economia europeia irá beneficiar bastante com a criação da UEM e com a introdução de uma moeda única, será de admitir que a melhoria da sanidade da economia em geral se repercuta na melhoria da actividade e da rendibilidade da banca. As tradicionais condições fundamentais de funcionamento de uma economia saudável, a saber baixa inflação, estabilidade monetária, défices orçamentais e dívidas públicas controladas, repercutir-se-á na sustentabilidade de taxas de juro nominais e reais a níveis reduzidos. Estas condições, essencialmente monetárias, criam cenários de confiança generalizada, que conduzirão a um nível de actividade superior e a um maior dinamismo do investimento, condição essencial para o combate ao desemprego, um dos maiores problemas estruturais das economias europeias. Concretizando-se estas expectativas, caberá certamente à banca aproveitar essa dinâmica da economia real.

A economia portuguesa poderá neste aspecto ser particularmente beneficiada, atendendo a que ainda continua a sofrer o ónus da incerteza cambial, via taxas de juro acima dos mercados centrais europeus. No entanto, será igualmente displicente ignorar que, com a moeda única, apenas haverá uma única política monetária, uma única política cambial e uma única política comercial no seio da União. Esta situação poderá ser geradora de efeitos assimétricos; isto é, mesmo perante a existência de choques inicialmente iguais para toda a Europa, poderemos assistir a repercussões diferenciadas ao nível de cada região e de cada Estado. Na Europa existem diferenças substanciais de níveis de produtividade e de níveis tecnológicos, por um lado, e diferenças significativas nos sistemas fiscais, nos procedimentos administrativo-burocráticos, nos sistemas educativos e de justiça, por outro lado. A coexistência de choques com esta heterogeneidade de realidades europeias, sem existir, a priori, qualquer mecanismo de compensação para enfrentar esses choques, poderá colocar alguns problemas às economias divergentes e periféricas — e em particular à economia portuguesa.

Um outro aspecto positivo a referir é a oportunidade de negócio decorrente do protagonismo do euro enquanto grande moeda internacional e o papel preponderante que terá certamente no Sistema Monetário Internacional.

Finalmente, um outro grande trunfo advém dos dirigentes bancários portugueses estarem bem conscientes de que quanto mais depressa se prepararem para a adaptação ao euro, melhor.

III.

Mais do que um balanço contemplativo das vantagens e dos custos para a banca portuguesa que decorrerão da adopção da moeda única, importa sobretudo minimizar estes últimos e potenciar as primeiras. Como já referi, a actuação da banca portuguesa nestes últimos anos tem sido pautada por uma plena consciência «daquilo que é» e «daquilo que pretende ser». E, se no meu entendimento, a banca portuguesa criou algumas estruturas desenvolvidas e ganhou dimensão com as recentes estratégias de concentração e internacionalização⁵, que permitem um certo optimismo, haverá certamente que não menosprezar os custos e as ameaças anteriormente mencionados e concertar actuações que permitam minimizá-los. Termino, referindo alguns pontos que poderão constituir aspectos estratégicos importantes para a banca portuguesa nos próximos tempos.

1. Introdução de novos modelos de gestão: um peso acrescido do trabalho comercial relativamente ao peso do trabalho administrativo. Intensificação da utilização de canais de distribuição com menores custos e mais flexíveis: como seja, o automatismo para o negócio massificado de pequena expressão individual e a banca telefónica (*internet e home banking*). A banca personalizada restringir-se-á a negócio de importância significativa.
2. Uma actuação determinada no reforço da posição e da rentabilidade no mercado de retalho (particulares e PME's), que continuará a apresentar características proteccionistas, no sentido de ser difícil a sua penetração pela banca estrangeira, devido à existência de uma rede extensa de balcões dos bancos portugueses, devido à fidelização dos clientes e por uma menor capacidade de avaliação de risco a este nível por parte dos bancos estrangeiros.
3. Melhoria da qualidade de serviços prestados nestes dois segmentos. Todo o serviço prestado que ultrapassa o conceito de utilidade pública deverá ser acompanhado de tarifação adequada. As comissões cobradas por esses serviços contribuem para contrariar os efeitos de redução das taxas de juro.
4. Criação de produtos sofisticados ajustados às necessidades dos clientes situados nos segmentos das Grandes Empresas e do Private Banking, de modo a minimizar os efeitos que se sentirão nesta área pelo aumento de concorrência, que se poderá reflectir em dois vectores: redução das margens e desvio de clientela.
5. Não obstante a consideração dos eventuais efeitos negativos referenciados no ponto precedente, dever-se-á dar particular atenção à captação do negócio de retalho das Grandes Empresas, designadamente os fluxos da relação estabelecida com os seus empregados/colaboradores, fornecedores e clientes.
6. Estima-se que uma parte significativa da dívida pública passe a estar titulada em dívida municipal. Torna-se necessário desenvolver novas capacidades para responder a estas operações. Uma outra oportunidade de negócio ainda a explorar pela banca poderá ser o mercado accionista do qual tem estado algo afastada.
7. Dar continuidade às políticas de racionalização dos custos operativos e de medição e controlo do risco operativo. É igualmente relevante prosseguir a reestruturação e reconversão do factor

5 Após a obtenção de condições necessárias para assegurar a criação de uma massa crítica no mercado nacional, alguns dos grupos financeiros portugueses implementaram estratégias de internacionalização, com o intuito de participar em negócios de diversificação, cooperação e de rentabilidades potenciais elevadas.





humano. Refira-se que, pela rigidez da maioria dos custos administrativos, o essencial da política de contenção de custos tem recaído sobre os custos com o pessoal.

8. Com a vulnerabilidade da conta de exploração dos nossos bancos à descida das taxas de juro e das margens financeiras, dever-se-á também dar uma preocupação especial à preparação da estrutura do Balanço ao declínio das mesmas e quando haja volatilidades nos mercados aproveitar para tentar alargar *spreads*. É imperioso introduzir e aperfeiçoar a utilização de técnicas de gestão e avaliação dos riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, tecnológico e legal — designadamente técnicas relacionadas com o cálculo do *Value at Risk*⁶.

Num contexto vertiginoso de mudança, de integração e de competição globalizada da economia, obrigando a uma permanente gestão de antecipação e de modernidade, o euro e a UEM apenas vieram sublinhar e «antecipar» as necessidades permanentes de reestruturação e consolidação do sistema bancário português. O euro está a funcionar simultaneamente como uma ameaça e sobretudo como um estímulo para a implementação de medidas estruturantes que teriam necessariamente que serem tomadas, independentemente da construção da União Económica e Monetária na Europa.

⁶ Estimativa estatística, para um determinado nível de confiança, normalmente 95%, de perdas potenciais de uma carteira de activos num período de tempo específico. Metodologias mais utilizadas: método da variância/covariância, simulação histórica e Monte Carlo.